

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
 2004

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 × 15 pontos)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
<hr/>	
55 pontos	

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
<hr/>	
55 pontos	

IV

Tema A ou B	30 pontos
<hr/>	
30 pontos	

TOTAL **200 pontos**

V.S.F.F.

129/C/1

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Chama-se a atenção para o facto de se tratar aqui de orientações, com vista a obter uma certa uniformidade de critérios na correcção das provas.

Nos itens de resposta curta, que visam objectivos ao nível do conhecimento, **deverá ser aceite toda a resposta considerada válida sob o ponto de vista científico.**

Nos itens de resposta aberta, a cotação deverá ser distribuída pelos diversos aspectos focados na resposta.

A cotação atribuída a cada item inclui, também, a forma como o(a) examinando(a) se expressa. Todavia, o professor classificador só poderá deduzir até 10% da cotação total de cada item, no referente a este critério, de acordo com a «Informação-Exames».

I

1. O(a) examinando(a) deverá exprimir uma ideia correcta sobre a importância da existência da ordem jurídica, referindo, nomeadamente, a função essencial de ordenação das relações sociais, segundo os valores da Justiça e Segurança.

O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

- referência à função de ordenação das relações sociais – 10 pontos;
- referência aos valores da Justiça e Segurança – 5 pontos.

2. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser atribuído à resposta correcta.
3. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser distribuído equitativamente pela indicação correcta de cada fim do Estado (5 + 5 + 5 pontos).
4. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser atribuído à resposta correcta.
5. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser atribuído à resposta correcta.

II

1. O total da cotação **(15 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

- referência a que a função jurisdicional visa dirimir conflitos de interesses – 10 pontos;
- referência a que a função jurisdicional visa punir a violação da Constituição e das leis – 5 pontos.

2. Explicar que as lacunas da lei podem resultar das seguintes situações: situações imprevisíveis no momento da feitura da lei; situações que, sendo previsíveis, escaparam à previsão do legislador; ou, ainda, situações que o legislador intencionalmente se absteve de regular por dificuldade de o fazer adequadamente, sobretudo quando se trata de matérias novas e/ou complexas.

O total da cotação **(20 pontos)** deverá ser distribuído equitativamente pela explicação de duas das situações que podem originar lacunas da lei (10 + 10 pontos).

3. Explicar como o recurso às novas tecnologias dá origem a novas situações e suscita novos problemas que podem exigir a intervenção do Direito como forma de preservar e defender os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, impondo regras e limites às suas aplicações, acompanhando a evolução social.

O total da cotação **(20 pontos)** deverá ser distribuído do seguinte modo:

- explicação dos novos desafios decorrentes das novas tecnologias – 5 pontos;
- relação com o papel que o Direito deve assumir, acompanhando a evolução social – 15 pontos.

III

1. O total da cotação (15 pontos) deverá ser distribuído equitativamente pela indicação correcta de três requisitos gerais da validade dos contratos (5 + 5 + 5 pontos).
2. O total da cotação (20 pontos) deverá ser distribuído do seguinte modo:
 - explicação de negócio jurídico bilateral – 10 pontos;
 - explicação de negócio jurídico oneroso – 10 pontos.
3. Explicar que o padrinho de Paulo, na sua qualidade de fiador, tem uma obrigação acessória (art. 627.º, n.º 2, do C.C.), ficando, de acordo com a situação descrita, pessoalmente obrigado ao pagamento da renda mensal do prédio arrendado, no caso de Paulo o não efectuar, isto é, «garante a satisfação do direito de crédito (art. 627.º, n.º 1, do C.C.)».

O total da cotação (20 pontos) deverá ser distribuído do seguinte modo:

- explicação de que o padrinho de Paulo fica obrigado ao pagamento da renda se Paulo o não fizer – 10 pontos;
- aplicação correcta ao caso concreto do artigo do Código Civil – 10 pontos.

IV

Trata-se do desenvolvimento de um tema (opção do(a) examinando(a) entre dois temas), cujo ponto de partida é um texto.

Embora sejam sugeridos tópicos de resposta, pretende-se que o(a) examinando(a) desenvolva o tema de forma articulada, evidenciando capacidades de análise e de síntese e espírito crítico

TEMA A

O(a) examinando(a) deverá focar as seguintes ideias-chave:

- A personalidade jurídica, traduzida na susceptibilidade de ser titular de direitos e obrigações, é inerente a todo o ser humano, cuja dignidade deve ser preservada e defendida como atributo natural, o que constitui a essência do fundamento e reconhecimento dos Direitos Humanos;
- a consagração na C.R.P., nomeadamente, dos direitos da personalidade e dos direitos económicos e sociais traduz-se num mecanismo de defesa desses direitos, cabendo ao Estado, através dos órgãos próprios, garantir a sua efectivação;
- a atribuição do mínimo de direitos que salvaguarde a dignidade da pessoa humana deverá ser acompanhada de um máximo de tutela, ou seja, aos titulares dos direitos terão de ser proporcionados os meios destinados à sua protecção e à salvaguarda da sua dignidade, de modo que «asseguem essa dignidade na vida social».

O total da cotação (30 pontos) deverá ser distribuído do seguinte modo:

- referência à personalidade jurídica como fundamento do reconhecimento dos Direitos Humanos – 10 pontos;
- destaque do papel da C.R.P. na defesa dos Direitos Humanos fundamentais – 10 pontos;
- relação do conteúdo do texto com estes aspectos – 10 pontos.

TEMA B

O(a) examinando(a) deverá focar as seguintes ideias-chave:

- Tradicionalmente, o Estado de Direito apresenta as seguintes características: império da lei – significa que a lei, expressão da vontade popular, deve ser respeitada quer pelos cidadãos, quer pelo Estado; separação de poderes – este princípio da separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) não deve ser entendido de forma absoluta e rígida, como se as diferentes funções e poderes fossem compartimentos estanques; legalidade da administração – este princípio pode enunciar-se como a exigência da submissão da administração à lei: os cidadãos lesados por actos ilegais do poder podem recorrer aos tribunais para anularem esses actos ou para serem indemnizados pelos danos causados; garantia jurídico-formal e efectiva realização dos direitos e liberdades fundamentais – pretende-se a protecção, a garantia e a realização efectiva dos Direitos Humanos pelo Estado.
- A realização do valor da Segurança implica que o Estado proteja os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e os defenda dos abusos do poder. Esta garantia está prevista na C.R.P., que atribui funções ao Estado (económicas, sociais e culturais) e estabelece limites ao seu poder. A garantia da satisfação de condições materiais de vida dignas permite aos cidadãos que se sintam em segurança.
- O art.º da C.R.P. citado refere um dos requisitos do Estado de Direito – a legalidade da administração – ao enunciar que «os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei...». Também refere a protecção e garantia dos direitos humanos, ao mencionar que «a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos» e que os órgãos e agentes administrativos «devem actuar, no exercício das suas funções, em respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé».

O total da cotação (30 pontos) deverá ser distribuído do seguinte modo:

- explicação das características do Estado de Direito – 10 pontos;
- relação com o valor da Segurança – 10 pontos;
- relação com o conteúdo do texto – 10 pontos.